

Cleartech Ltda.

CNPJ/MF 03.572.137/0001-09 - NIRE 35.2.1608148.2

13º ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE POR AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados: **I. VORANNO LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no Cadastro Estadual de Delaware sob o nº 7008545, com sede na Cidade de Miami, Estado da Florida, na 848 Brickell Ave. 203, 33131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.260.109/0001-01, neste ato devidamente representada por seu procurador, o Sr. **Mário Jorge Ferreira de Sousa Borges**, português, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V755384-B CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 603.508.803-10, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Sagitário, nº 278, apartamento 64C, CEP 06473-073 ("Voranno"); e **II. GOS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.359.398/0001-70, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Praça das Orquídeas, 186, 1º andar, sala 3, Condomínio Centro Comercial da Alphaville, CEP 06453-002, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.602.224.674, neste ato representada por seu administrador, Sr. **Jorge Alberto Soares Pinto Pacca**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.824.435-4 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 721.733.947-20, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bahia, nº 543, apartamento 71, Higienópolis, CEP 01244-000 ("GOS"); únicas sócias representando a totalidade do capital social da **CLEARTECH LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Alphaville, Edifício Padauari, 12º andar, conjuntos 121 e 122, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.572.137/0001-09 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.2.1608148.2 ("Sociedade"), resolvem, por unanimidade, alterar o Contrato Social da Sociedade, bem como realizar a transformação do seu tipo societário para sociedade por ações, de acordo com os seguintes termos e condições, sendo dispensada a realização da reunião de sócios conforme disposto no artigo 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"): **I. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL:** 1.1. As sócias decidem, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aumentar o capital social da Sociedade em R\$ 4.187.000,00 (quatro milhões e cento e oitenta e sete mil reais), mediante a emissão de 4.187.000 (quatro milhões e cento e oitenta e sete mil) novas quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passando o capital social da Sociedade de R\$ 5.352.500,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para R\$ 9.539.500,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentos reais), dividido em 9.539.500 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentas) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. 1.2. O aumento de capital ora aprovado é subscrito e integralizado neste ato por todas as sócias na proporção das suas respectivas participações no capital social da Sociedade mediante a conversão de lucros acumulados levantados com base no balanço patrimonial da Sociedade de 31 de dezembro de 2022. 1.3. Tendo em vista as deliberações acima, as sócias passam a ter a seguinte participação no capital social da Sociedade: (i) **Voranno LLC**, acima qualificada, passa a ser titular de 7.154.625 (sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentas e vinte e cinco) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato; e (ii) **GOS Consultoria e Treinamento EIRELI**, acima qualificada, passa a ser titular de 2.384.875 (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentas e setenta e cinco) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato. **II. TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE:** 2.1. As sócias decidem, por unanimidade de votos e sem ressalvas, transformar o tipo societário da "CLEARTECH LTDA.", na forma dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil e do artigo 220 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, sem solução de continuidade dos negócios sociais ou modificação dos direitos dos seus eventuais credores, nem alteração de sua personalidade jurídica, mantendo-se inalterados os acionistas e o patrimônio ("Transformação"). 2.2. Em decorrência da Transformação, fica alterada a denominação social da Sociedade de "Cleartech Ltda." para "Cleartech S.A.", ficando desde já autorizados os Diretores da Sociedade a adotar todas as providências que sejam necessárias para efetuar a atualização da referida denominação perante terceiros e autoridades governamentais competentes. **III. CONVERSÃO DE QUOTAS:** 3.1. Em decorrência da Transformação, as sócias aprovam, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a conversão das 9.539.500 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em que se divide o capital social da Sociedade, em igual número de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (i.e. à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) quota representativa do capital social da Sociedade), de modo que o capital social da Sociedade, no valor de R\$ 9.539.500,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentos reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passará a ser dividido em 9.539.500 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: (i) **Voranno LLC**, acima qualificada, passará a deter 7.154.625 (sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) **GOS Consultoria e Treinamento EIRELI**, acima qualificada, passará a deter 2.384.875 (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3.2. Fica consignado que, por meio da conversão da totalidade das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do item 3.1 acima, foram cumpridos os requisitos preliminares previstos no artigo 80 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, os boletins de subscrição dos acionistas da Sociedade encontram-se anexos à presente alteração do contrato social na forma do **Anexo I**. 3.3. Ainda, consta como **Anexo II** à presente alteração do contrato social a relação completa dos acionistas da Sociedade, com a indicação da quantidade de ações resultantes da conversão de quotas ora aprovada. **IV. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E ELEIÇÃO DE DIRETORES:** 4.1. Em razão da Transformação da Sociedade, as sócias aprovam, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a criação e composição da Diretoria por, no mínimo, 2 (dois) Diretores, e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. 4.2. As sócias elegem os membros da Diretoria da Sociedade conforme a seguir, todos para um mandato de 2 (dois) anos contados a partir da presente data: (i) **Jorge Alberto Soares Pinto Pacca**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.824.435-4 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 721.733.947-20, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bahia, nº 543, apartamento 71, Higienópolis, CEP 01244-000, como Diretor Presidente; e (ii) **Mário Jorge Ferreira de Sousa Borges**, português, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V755384-B CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 603.508.803-10, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Padauari, 12º andar, conjuntos 121 e 122, Alphaville, CEP 06454-000, como Diretor sem designação específica. 4.2.1. Os membros da Diretoria, ora reeleitos, declaram não estarem impedidos de exercer as atribuições inerentes aos cargos, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por estarem sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o exercício de cargos públicos ou da atividade mercantil, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, na forma da legislação aplicável, conforme termos de posse constantes do **Anexo III**. **V. ESTATUTO SOCIAL:** 5.1. Em virtude das deliberações acima, as sócias aprovam, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a íntegra do estatuto social da Sociedade, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo IV** à presente alteração do contrato social da Sociedade. 5.2. Para fins da Transformação da Sociedade para sociedade por ações, foram mantidos todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, sendo que o objeto social e endereço permanecem inalterados, conforme constante do estatuto social anexo. **VI. NÃO INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL:** 6.1. As sócias consignam que o Conselho Fiscal não será instalado, conforme o previsto no Artigo 15 do estatuto social. **VII. REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA:** 7.1. As sócias aprovam, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a fixação da remuneração da Diretoria da Sociedade para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do instrumento que se encontra arquivado na sede social da Sociedade. **VIII. JORNAIS DE PUBLICAÇÃO:** 8.1. As sócias decidem eleger o jornal "Diário de Notícias de São Paulo" para a realização das publicações da Sociedade, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **IX. AUTORIZAÇÃO DOS DIRETORES:** 9.1. As sócias decidem, por unanimidade de votos e sem ressalvas, autorizar a Diretoria da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas e observar todas as formalidades e requisitos complementares para formalizar a Transformação, incluindo, mas sem limitação, os registros e arquivamentos perante os órgãos públicos competentes, bem como a prática de todos e quaisquer atos e assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações ora tomadas. **E, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS**, as partes assinam digitalmente o presente instrumento em conjunto com duas testemunhas abaixo identificadas. Barueri, 18 de maio de 2023. **ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A **CLEARTECH S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Padauari, 12º andar, conjuntos 121 e 122, Alphaville, CEP 06454-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a prestação de serviços de recebimento e de processamento de registros detalhados de chamada; (ii) a elaboração de encontro de contas, tarifação, rateias e repasse de valores de chamadas; (iii) a emissão de demonstrativo de tráfegos e conciliações decorrentes da utilização, por um prestador de serviços de telecomunicações, das redes de telecomunicações de outro prestador de serviços de telecomunicações e de seus serviços; (iv) a comercialização, elaboração e desenvolvimento de programas de computador (software); (v) a comercialização de equipamentos de informática (hardware) e produtos correlatos; (vi) a prestação de serviços relacionados à integração, consultoria, treinamento e manutenção de software e hardware; (vii) a importação e exportação de bens e serviços; (viii) a participação em outras sociedades; (ix) análise de sistemas; (x) assessoria em informática; (xi) consultoria em informática; (xii) instalação de programa de computador; e (xiii) suporte técnico em informática. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **CAPÍTULO II: Do Capital Social: Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.539.500,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentos reais), dividido em 9.539.500 (nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação corresponde a 1 (um) voto nas deliberações sociais. **Parágrafo 2º** - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre a respectiva emissão de ações. **Parágrafo 3º** - A

Companhia poderá adquirir, por deliberação da Assembleia Geral, ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social. **Artigo 6º** - Fica vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo qualquer título desta natureza em circulação. **CAPÍTULO III: Da Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 7º** - A Assembleia Geral de Acionistas ("Assembleia Geral") reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social para deliberar sobre o disposto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à Assembleia Geral de acionistas deliberar sobre as matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, bem como sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral será convocada conforme disposições legais aplicáveis. Não obstante as formalidades previstas para a convocação, a Assembleia Geral será considerada regularmente convocada quando a ela comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por pessoa indicada pelos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo 3º** - Na medida do permitido pela legislação aplicável, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de boletim de voto à distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O acionista que assim participar será considerado presente em referida Assembleia Geral. **Artigo 8º** - Os acionistas terão poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, pelo presente Estatuto Social ou por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 9º** - As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas pela maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **CAPÍTULO IV: Da Administração: Artigo 10º** - A Companhia é administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) Diretores, e, no máximo, 3 (três) Diretores, com os poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as disposições do presente Estatuto Social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, eleitos observados os quóruns previstos em lei e as disposições do Acordo de Acionistas, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, devendo cada Diretor permanecer em seu cargo até a próxima eleição, realizada por meio de Assembleia Geral de Acionistas, até seu sucessor ser eleito ou até a sua renúncia, impedimento ou destituição. **Parágrafo 1º** - A investidura dos Diretores da Companhia nos seus cargos far-se-á por meio de termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado. **Parágrafo 2º** - Os Diretores eleitos poderão ser destituídos, a qualquer tempo, mediante deliberação dos acionistas, observados os quóruns previstos em lei e as disposições deste Estatuto Social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Parágrafo 3º** - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para o exercício de seus respectivos cargos. **Parágrafo 4º** - Os Diretores receberão a remuneração que for fixada pelos acionistas. **Artigo 11º** - No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas pelo outro Diretor. No caso de vacância, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 12º** - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, conceder garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 13º** - A Sociedade será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de qualquer Diretor e de 1 (um) procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou (iii) pela assinatura de 1 (um) procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes. **Artigo 14º** - As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas por meio da assinatura de 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão prazo de validade máxima de 1 (um) ano. **CAPÍTULO V: Do Conselho Fiscal: Artigo 15º** - O Conselho Fiscal não será permanente e, quando instalado, será composto de 3 (três) conselheiros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, acionistas ou não, residentes no País, observados os requisitos, e impedimentos e demais regras fixadas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único** - Em caso de vacância, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **CAPÍTULO VI: Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 16º** - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 17º** - Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202, da Lei das S.A., para distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e (iii) retenção de lucro, constituição de reserva de lucros, ou distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei aplicável, conforme deliberado pela Assembleia Geral, por maioria do capital social votante. **CAPÍTULO VII: Da Resolução de Conflitos: Artigo 21º** - Toda e qualquer controvérsia oriunda deste Estatuto Social ou a ele relacionada, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, interpretação, entendimento, execução, cumprimento, rescisão e/ou extinção, envolvendo quaisquer dos acionistas, inclusive seus sucessores a qualquer título ("Disputa"), deverá ser definitivamente resolvida por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 1996. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local em que será proferida a sentença arbitral, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Internacional ("Câmara"), de acordo com o seu regulamento de arbitragem ("Regulamento") vigente à época do requerimento de instauração da arbitragem. **Parágrafo 1º** - A arbitragem será conduzida na língua portuguesa, sendo permitida a produção de quaisquer provas em inglês sem necessidade de tradução. **Parágrafo 2º** - A arbitragem será conduzida por um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) coárbitro será nomeado pelos requerentes(s), 1 (um) coárbitro será indicado pelo(s) requeridos, e o terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, deverá ser indicado pelos dois coárbitros. Se a(s) requerente(s) ou a(s) requerida(s) não indicarem coárbitro, ou se os dois coárbitros não indicarem o terceiro árbitro nos prazos fixados pelo Regulamento, o Câmara fará a nomeação faltante, nos termos do Regulamento. **Parágrafo 3º** - Na hipótese de procedimentos envolvendo três ou mais partes que não se reúnam em blocos de requerentes e/ou requeridos, todas partes da arbitragem, em conjunto, nomearão 2 (dois) coárbitros dentro de 15 (quinze dias) partir do recebimento pelas partes da arbitragem da notificação do Câmara nesse sentido. O presidente do tribunal arbitral será escolhido pelos 2 (dois) coárbitros, em consulta com as partes da arbitragem, dentro de 15 (quinze) a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo Câmara, de acordo com o Regulamento. Caso as partes da arbitragem não nomeiem os 2 (dois) coárbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo Câmara, de acordo com o Regulamento, que designará um deles para atuar como presidente do tribunal arbitral. **Parágrafo 4º** - As decisões do tribunal arbitral serão finais e vinculantes às partes da arbitragem e seus sucessores a qualquer título. **Parágrafo 5º** - Antes da constituição do tribunal arbitral, eventuais medidas cautelares ou de urgência poderão ser pleiteadas ao Poder Judiciário. Após a constituição do tribunal arbitral, o tribunal arbitral terá poderes para conceder, manter, revogar ou modificar as medidas que reputar adequadas. **Parágrafo 6º** - Eventuais medidas cautelares ou de urgência requeridas antes da constituição do tribunal arbitral, bem como ações de execução ou cumprimento de sentença arbitral, quando aplicáveis, poderão ser pleiteadas, à escolha do interessado, (i) na comarca onde serão efetivadas; ou (ii) na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais permitidas pela Lei de Arbitragem, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial permitida pela Lei de Arbitragem não será considerado como renúncia à arbitragem. **Parágrafo 7º** - O procedimento arbitral (incluindo, mas não limitada à sua existência, à Disputa, às alegações e manifestações das partes e/ou de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral) ficarão sujeitos à obrigação de confidencialidade e somente poderá ser revelado ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e às pessoas necessárias à boa condução e ao resultado da arbitragem. **Parágrafo 8º** - A Câmara (se antes da assinatura do Termo de Arbitragem) e o tribunal arbitral (se após a assinatura do Termo de Arbitragem) poderão(ão), mediante requerimento de uma das partes de arbitragens, consolidar procedimentos arbitrais simultâneos envolvendo quaisquer dos acionistas, ainda que nem todos sejam parte de ambos os procedimentos, e este Estatuto Social e/ou instrumentos a ele relacionados, desde que (i) as cláusulas compromissórias em questão sejam compatíveis; e (ii) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas. **Parágrafo 9º** - As despesas da arbitragem, incluindo, mas não limitadas, às custas administrativas do Câmara e aos honorários dos árbitros e peritos, quando aplicáveis, serão arcadas por cada parte da arbitragem na forma do Regulamento. Quando da prolação da sentença arbitral, o tribunal arbitral poderá determinar o reembolso das despesas do procedimento arbitral, incluindo, mas não limitadas, às custas administrativas do Câmara, honorários dos árbitros e de peritos e aos honorários advocatícios contratuais razoáveis, à parte vencedora de forma proporcional à sucumbência. O tribunal arbitral não condenará nenhuma das partes da arbitragem ao pagamento de honorários de sucumbência. **CAPÍTULO VIII: Disposições Gerais: Artigo 22º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 23º** - Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 24º** - A Companhia, seus acionistas e administradores devem observar as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, devendo o Presidente da Assembleia Geral, conforme o caso, abster-se de computar votos contrários aos seus termos, em conformidade com o artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Visto do Advogado:** Anderson Jardim d'Avila - OAB/SP: 477.233.

